



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE: SEU PAPEL NO
DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS**

BACAR BALDÉ

Redenção - CE

2017



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE: SEU PAPEL NO
DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS**

BACAR BALDÉ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador:
Professor Doutor Carlos Subuhana

Redenção - CE

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário:

BALDÉ, Bacar. Organizações da sociedade civil guineense: seu papel no desenvolvimento das comunidades rurais. / Bacar Baldé. Redenção, 2017.

28 f.: il.; 30 cm

Projeto de pesquisa do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Orientador (A): Prof. Dr. Carlos Subuhana

Inclui Lista de siglas, Referências e Anexos

1. Guiné Bissau. 2. Sociedade civil. 3. Comunidade rural. I. Título. II. Subuhana, Carlos.

BACAR BALDÉ

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE: SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Redenção – CE, 09 de Agosto de 2017

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: Professor Doutor CARLOS SUBUHANA
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Professor Doutor EVALDO RIBEIRO OLIVEIRA
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Professor Doutor RICARDINO JACIENTO DUMAS TEIXEIRA
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUPLENTE

Professora Doutora: ARTEMISA ODILA CANDÉ MONTEIRO
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Professor Doutor: SEBASTIÃO ANDRÉ ALVES DE LIMA FILHO
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

MAPA DA GUINÉ-BISSAU



In: Didinho. Mapa de Guiné-Bissau.

RESUMO

BALDÉ, Bacar. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE: SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS

Redenção, 2017. TCC (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2017.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado Organizações da Sociedade Civil Guineense: Seu papel no desenvolvimento das comunidades rurais, tem como objetivo central discutir o papel da sociedade civil guineense e o seu impacto no desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais. Desse modo, nos interessa desvendar como as comunidades rurais avaliam a intervenção das Organizações Não Governamentais (ONGs). Trará à tona questões relativas ao surgimento das primeiras organizações da sociedade civil guineense e um pouco daquilo que é a forma de agrupamento tradicional, conhecidas por *mandjuandades*. O foco da pesquisa será a de recolha de dados documentais nas instituições estatais, bem como das ONGs. A pesquisa constituir-se-á em um estudo descritivo, que se realizará através de um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Os dados e o material a serem analisados serão coletados através de entrevistas - com questões abertas e fechadas com membros e/ou responsáveis de ONGs guineenses e líderes comunitários, e a análise terá como base um referencial teórico multidisciplinar. No total serão realizadas 15 entrevistas.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, sociedade civil, ONGs, comunidade rural, desenvolvimento.

LISTA DE SIGLAS

AGUIBEF - Associação Guineense para o Bem-Estar Familiar

AMIC – Associação Amigo de Crianças

ANP - Assembleia Nacional Popular

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ICAP – Igreja de Cristo para Agricultura

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos

INE-Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau

JAC – Juventude Amílcar Cabra

ONGs- Organizações Não Governamentais

PAIGC- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PALOP – Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe

SOLIDAMI - Instituto Nacional de Coordenação da Ajuda não Governamental

UDEMU - União Democrata das Mulheres

UNTG - União Nacional dos Trabalhadores Guineense

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	1
2. OBJETIVOS	
2.1. GERAL.....	4
2.2. SPECIFICOS.....	4
3. JUSTIFICATIVA.....	4
4. PROBLEMATIZAÇÃO/CONSTRUÇÃO DO OBJETO.....	6
5. HISTÓRIA E/OU SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA GUINÉ-BISSAU.....	7
6. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/ONGS NA GUINÉ-BISSAU.....	9
7. SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE E O DESENVOLVIMENTO.....	13
8. COMUNIDADE RURAL GUINEENSE.....	14
9. MÉTODOS/DESENHO DOS INSTRUMENTOS.....	15
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17
11. ANEXO.....	20

1. APRESENTAÇÃO

A República da Guiné-Bissau, situada na costa ocidental da África, possui fronteiras sul e leste com a Guiné Conakry, norte com o Senegal e oeste é banhado pelo oceano atlântico. O país conta com uma superfície total de 36.125 km² e que apenas 24.800 km² constitui a emersa superfície devido a fraca elevação do país, o nível médio das águas do mar penetra até os 150 km², algo que deixa algumas zonas do país instável por certo tempo durante o ano. O país é formado por duas partes, uma continental e outra insular que conta com o arquipélago dos bijagós, área composta por cerca de 80 ilhas e muito delas desabitadas. (AUGEL, 2007).

Administrativamente, o país está dividido em oito (8) regiões (Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali) e o setor autônomo de Bissau. De acordo com o último censo demográfico do país o número dos habitantes aponta para 1.530.673 habitantes, dados fornecidos em 2015/2016, pelo Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau (INE).

Segundo os dados disponíveis no site da Assembleia Nacional Popular (ANP), na Guiné-Bissau, desde a pré-história, já se habitavam os povoados que sobreviviam da floresta e, com os produtos manufaturados que tinham e que foram descobertas na Costa Ocidental da África, principalmente na Guiné-Bissau, no período de 200.000 anos A.C.; os tais produtos eram atribuídos à *Homo eretos*, que antecedeu o *Homo sapiens*, conhecido como *homem contemporâneo*.

Ainda de acordo com Augel (2007), a região que hoje é conhecida geopoliticamente por Guiné-Bissau, se confunde com a dos *reinos mandingas*. E ela ainda afirma que, de acordo com Lopes (1982):

Os Mandingas, etnia muçulmana, vindos do Alto Níger, constituíram o Império de Mali e estendiam-se por uma imensa área na parte ocidental interior africana. Um dos últimos imperadores, Kankou Moussa, famoso por seu poder e riqueza, empreendeu uma peregrinação a Meca no início do século XIV, um sinal de sua autoridade e de sua inserção no mundo muçulmano, feito digno de notas dadas as dificuldades de locomoção naquela época longínqua. O Império de Mali estava estreitamente ligado ao de *kaabú* (cuja capital era *Kansala*), formado justamente a partir da expansão do primeiro. Um de seus guerreiros, Tiramakan Traore, parece estar envolvido com a fundação de Estado Kaabunké, nas planícies da Alta Costa da Guiné [...]. Os mandingas, vindos do interior da África, expandiram-se através de invasões, submetendo pouco a pouco outros grupos, deslocando-os para a costa e impondo sua supremacia. O poder desses povos islâmicos conheceu o apogeu nos séculos XVIII e XIX, dominando várias etnias que cultuavam os antepassados e as forças da natureza, povos que praticavam um regime comunitário acéfalo, sem

poder estatal, hierarquia, e que guardaram, apesar de tudo, suas culturas originais (como os Balanta, os Mandjaco os Bijagó), ou em parte se islamizaram como foi o caso dos Beafada. Essa grande influência ou, em alguns casos, até mesmo absorção, é conhecida como malinkização ou mandinguização. Nos séculos XV e XVI, começou a expansão dos povos fula ou fulbe (chamados pelos ingleses de fulani e pelos franceses de peul), igualmente muçulmanos, que até o século XVIII estavam sob a dominação mandinga. Espalharam-se pela Guiné, principalmente durante o século XIX, sobretudo depois da conquista de Kansala, em 1867, destruindo o reino de kaabú e estabelecendo a supremacia dos fulas na região. ((LOPES apud AUGEL, 2007, p.51).

A Guiné-Bissau é um país pequeno com uma democracia muito nova, vindo de sucessivos conflitos políticos e de golpes de Estado, com uma economia pouco sólida, onde o Estado tem dificuldades de controlar tudo e todos, pois as condições não são favoráveis para tal. A saída seria a descentralização do poder a fim de facilitar o funcionamento do aparelho do Estado, incluindo o apoio aos projetos de desenvolvimento local criados pelas associações e as ONGs, talvez seja um começo para o almejado desenvolvimento sociopolítico e econômico guineense.

Após a independência o país vive até os dias de hoje um dos piores momentos políticos, não houve um governo se quer que consiga cumprir com o tempo estipulado para a execução do seu poder, houve sempre discordâncias e desconfianças internas, que acabam por refletir no seio dos partidos vencedores nas eleições, razão pela qual nenhum governo até hoje foi capaz de se organizar e de poder desenvolver o seu projeto de mandato, tudo acaba por ficar nos papéis.

A não descentralização do poder por parte dos governos afeta fortemente o setor rural guineense, se o estado não é capaz de controlar no mínimo a capital Bissau, o que seria das regiões e da comunidade rural guineense? Todas as ideias e os projetos sobre o desenvolvimento estão centralizados, ou seja, virados para capital, mas a maior parte dos recursos são oriundos da zona rural, mesmo sem condições para escoar os produtores conseguem depois de tanta dificuldade trazer seus produtos a capital para a comercialização.

Pode-se dizer que não há condições para que o governo ou o Estado possa chegar a toda população do país, mas há sempre mecanismos que se pode usar para que isso aconteça de uma maneira a facilitar o próprio Estado ou Governo em termos de controle e de execução dos seus projetos.

Das atividades efetuadas por algumas organizações na capital, pode-se, em primeiro lugar, destacar o sistema escolar, as igrejas, as associações profissionais e da cultura. Em destaque temos a área da educação e da comunicação; temos várias escolas privadas no país criadas por esses grupos e, da mesma maneira que na área de comunicação se tem as diferentes rádios comunitárias tanto na capital como nas regiões, geridas pelas organizações locais na sua maioria por associações de jovens, isto sem contar com as organizações religiosas, que ao longo dos anos vem crescendo muito e expondo os seus ensinamentos.

Ao distinguir a sociedade civil do Estado liberal, Hegel quer efetivamente contrariar abordagens contratualistas que, ao identificar o Estado com a sociedade civil, não conseguiram aperceber-se da importância das associações independentes e do papel que indivíduos conscientes e reflexivos têm na construção da sociedade civil moderna. (TEIXEIRA, 2009, p. 165).

Face a esse papel abordado pelo Hegel apud Teixeira (2009), podemos perceber o quanto as organizações da sociedade civil que estão atuando no país com ou sem fins lucrativos, mas com projetos que estão a beneficiar os moradores rurais no país, já desenvolveram atividades nas comunidades rurais guineense e não só, como nas capitais regionais e até mesmo no setor autónomo de Bissau e, isso teve um avanço notável nos últimos anos, pois o número das ONGs tem aumentado bastante. O que se pode supor perante esse assunto é que o Estado, mais que ninguém, precisa dessas organizações como uma forma de atingir todo o território nacional, ou mesmo de desenvolver as suas atividades dentro da Capital.

Dessas organizações da sociedade civil pode-se destacar mais as ONGs e associações de moradores de diferentes bairros da capital Bissau. Algumas dessas organizações deparam com dificuldades em realizar os seus trabalhos por falta de financiamento, outras com financiamento que recebem dos doadores conseguem articular um pouco na capital criando sedes, ter um número significativo de funcionários a que possa responsabilizar, além de outras com sede na capital, mas atuando sempre no interior do país.

Devido a carência em encontrar matérias que abordam questões relacionadas a sociedade civil na Guiné-Bissau, as dificuldades que os moradores rurais passam e a forma como as ONGs atuam nesses lugares traz a necessidade em fazer uma pesquisa nessa área e que posteriormente será de interesse dos guineenses e não só.

2. OBJETIVOS:

2.1. Geral

Este projeto tem como objetivo geral destacar o papel das organizações não governamentais no processo de desenvolvimento das comunidades rurais na Guiné-Bissau. Aqui nos interessa saber como essas organizações atuam, em que área elas estão mais focadas e qual a sua relação com o poder local - em especial as autoridades tradicionais e os Comitês - , com o governo.

2.2. Específicos são:

- Identificar as dificuldades que os moradores das comunidades rurais passam;
- Identificar a pouca presença do poder público e/ou Estado nas zonas rurais;
- Apontar os trabalhos desenvolvidos pelas ONGs locais.
- Perceber as relações entre a sociedade civil e a comunidade rural guineense.

3. JUSTIFICATIVA

O interesse por esse tema de pesquisa começou na Guiné-Bissau. Como estudante do Liceu Nacional Kwamé N'krumah, participava de algumas reuniões nas associações do meu bairro e como nos trabalhos voluntários desenvolvidos nesse bairro, o que permitiu o meu contato com os membros e responsáveis dessas organizações.

Meu pai trabalha com organizações mais de vinte anos, também o ajudava a digitalizar os relatórios e atas de reuniões da sua organização não governamentais, algo que me deixou mais familiarizado com a questão.

Anos depois, cheguei a Unilab, no meu terceiro trimestre na disciplina Sociologia I, que em certos momentos discutimos questões políticas e sociais de diferentes países, entre as quais do Brasil e de alguns países da África. Também abordamos questões que nos estimulavam a pensar na relação entre o aparelho do Estado e a sociedade civil e de fazer uma leitura crítica sobre o assunto, foi daí que comecei a pensar em desenvolver um estudo direcionado à sociedade civil guineense no qual serviria de base para futuros trabalhos sobre a sociedade civil na Guiné-Bissau.

Sendo um assunto pouco pesquisado na área acadêmica, percebi que não poderia falar da sociedade civil sem destacar o papel da mesma, por isso, mais tarde com a disciplina sociologia II, lendo autores desde os clássicos até os mais recentes, constatei várias formas de atuação da sociedade civil dependendo de campos de atuação. Procurei com isso compreender

sempre como a sociedade civil pode ser incorporada dentro do Estado e da gestão pública, ou seja, qual seria a relação da sociedade civil com o Estado e qual seria o papel da sociedade civil num país.

Optei por fazer um estudo nesse campo mais pela metodologia que ao longo da disciplina e de leituras de outros textos a tamanha relevância desse tema poderá ajudar na percepção das relações entre a sociedade civil, Estado e os moradores das comunidades rurais na Guiné-Bissau.

4. PROBLEMATIZAÇÃO/CONSTRUÇÃO DO OBJETO

O referencial teórico para esta pesquisa se constituirá, inicialmente, por autores que discutem e analisam questões sobre a sociedade civil, organizações não governamentais e dos

mais conceitos que serão analisados a partir desses autores. Ao focalizar a interface entre sociedade civil vs. Estado, e a sociedade civil vs. os moradores das comunidades rurais, tais questões se revelam como base para a abordagem a se realizar. De salientar que a principal questão teórica a ser discutida nesse projeto é a sociedade civil. Outros temas, como a ONG, comunidade rural, desenvolvimento comunitário entre outros serão analisados a partir da questão principal. Nessa perspectiva, as contribuições dos autores como Cohen & Arato (2000), Bobbio (1909) e Bresser-Pereira (1999), tornam-se fundamentais na compreensão da história sobre o conceito da sociedade civil que ressurgiu colado à afirmação progressiva do pensamento liberal que começa desde os meados do século XIX, pelo Iluminismo, abordado por autores como Ferguson, Adam Smith e Rousseau, infiltrando, assim, com destaque nas formulações de Hegel e Marx.

Bresser-Pereira (1999) entende que a sociedade civil surgiu com os filósofos contratualistas, no caso específico com o Hobbes, como um sinônimo de Estado “sociedade política” contrapondo assim ao “estado da natureza”.

Na compreensão de Cohen & Arato (2000), percebe-se que o conceito “sociedade civil”, que foi empregado por Gramsci, é entendido como um fio condutor entre os grupos primários e as normas criadas pelo Estado. Sendo um nível intermediário entre os grupos primários e o Estado, a sociedade civil pode assumir um papel de grande importância no processo de desenvolvimento dum país. Mas dentro da sociedade civil Hegel vai incluir não somente a esfera das relações econômicas ou a formação de classes, mas, sim, a administração jurídica, o ordenamento administrativo e corporativo entre o público e o tradicional. Ao contrário de Locke, em que a sociedade civil é vista como uma sociedade natural, para Hegel, a sociedade civil pode ser vista como a esfera das relações e de regulamentação externa a partir dos princípios do liberalismo.

E ainda de acordo com Teixeira (2009):

A primeira interpretação do conceito de "sociedade civil" apareceu com Aristóteles, sob a denominação de *koinonia politiké*, que foi traduzida para o latim como *societas civilis*, entendida como comunidade de Cidadãos Livres e iguais. Falando em *koinonia politiké*, pensava-se na *polis* ateniense, onde os cidadãos eram chamados a tomar eles mesmos as decisões que lhes diziam respeito e não havia a distinção entre sociedade e Estado, ou seja, a sociedade civil" significava o que a palavra designa literalmente: comunidade dos cidadãos, da qual uma grande parte da população estava excluída. Os escravos, as mulheres, os menores de 18 anos e os estrangeiros não faziam parte da sociedade civil, sendo excluídos, portanto, da vida política na antiga Atenas. (TEIXEIRA, 2009, p. 162-163).

Em Bresser-Pereira (1999), percebe-se que o conceito de Estado ou de *sociedade política* há muito tempo não era separada com o conceito geral da sociedade. Com isto, a sociedade civil surge como uma tradução do conceito grego que seria a “sociedade política”. O mesmo mostra que a diferença consistia no conceito oposto enquanto que na filosofia a sociedade política se contrapunha à uma “sociedade doméstica”, mas no contratualismo iluminista a sociedade civil se opera ao “estado de natureza”. Mesmo no início dos tempos modernos o conceito de *Estado soberano*, com Bodin, surge em oposição básica que interessava primordialmente os filósofos políticos e não a do Estado em relação à sociedade, mas, sim, de sociedade política ou civil, que inclui o Estado ao contrário do estado da natureza.

Para o Bobbio (1909), a sociedade civil compreende todo um conjunto das relações entre os indivíduos de determinados graus da força produtiva, que compreende todo o conjunto da vida comercial e industrial de um grau de desenvolvimento transcendendo assim do Estado e a nação. Desse modo, teria de se afirmar em relação ao exterior com nacionalidade e de se organizar ao interior como Estado.

Teixeira (2009), entende que o quinto significado que a sociedade civil adquiriu nas abordagens do Gramsci, pode ser entendida como um conjunto de “organismo privado”, neste caso as organizações não governamentais (ONGs), sendo organizações não criadas pelo Estado e que são responsáveis tanto pelas suas criações e quanto pela sua difusão ideológica.

5. HISTÓRIA E/OU SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA GUINÉ-BISSAU

Diferente de muitos países que passaram pela dominação das potências europeias, onde o surgimento e a evolução da sociedade civil foi acompanhada desde os primeiros tempos da

sua existência, a Guiné-Bissau não acompanhou o surgimento das organizações da sociedade civil.

Segundo um relatório preliminar de autoria de Campos & Djassi (2013), intitulado “*A sociedade civil guineense no caminho do desenvolvimento*”, dá conta que as referências sobre as organizações da sociedade civil guineense antes da independência, são escassas e que só aumentaram a separação entre os “civilizados”¹ e “indígenas”², mas mesmo assim pode se destacar a liga guineense, que foi criada em 1911, conhecida como um movimento contestatário. Essa liga era uma organização de ajuda mútua de ideal republicano, criada pela elite administrativa mercantil de Bissau e Bolama, conhecidos como “os filhos ilustres da Guiné”. A organização tinha como ideia principal um movimento unitário “afro-portugueses” favoráveis a melhoria do destino moral e civil dos negros africanos da Guiné Bissau e de Cabo Verde.

Anos depois, em 1915, a liga guineense foi dissolvida através de uma portaria, mas assim que terminou a luta da libertação nacional, todos os movimentos da base do PAIGC acabaram por preencher o espaço social, (CAMPOS & DJASSI, 2013). Foi por esse motivo que a Guiné-Bissau diferente de muitos países que passaram pela dominação colonial, não assistiu o surgimento da sociedade civil composta por organizações autônomas de jovens, trabalhadores, etc. Assim que terminou a luta armada na Guiné Bissau, o PAIGC permitia somente as organizações das massas do partido único, como a União Nacional dos Trabalhadores (UNGT), União Democrata das Mulheres (UDEMU), a Juventude Amílcar Cabral (JAC) e os Pioneiros Abel Djassi. Pode-se ler no relatório a cima mencionada, de que tudo isto não passava de uma forma de controle quase idêntico a época colonial, mas que durou por pouco tempo até o surgimento do “homem novo”, onde o Estado teria a responsabilidade de regular em todos os aspetos (CAMPOS & DJASSI, 2013).

Foi assim que os guineenses assistiram quase um privilégio exclusivo das massas do partido único - PAIGC, no que diz respeito à sociedade civil e como da forma subordinada na realização das atividades para beneficiar ou fazer a sua vontade. Esse tipo de sociedade civil pode ser considerado como uma sociedade sem voz, porque não tinha uma autonomia de

¹“Civilizados: indígenas que falam português, mas não praticam os usos e costumes do meio indígena e exercem profissão, comércio ou indústria ou [ainda] possuem bens [dos quais] se mantêm, e tenham requerido a sua situação de assimilados”. (Thomas dos Santos, 1964, pág. 113. Definição extraída do projeto definitivo do Direito do Indígena da então Província de Moçambique, de autoria do Dr. Gonçalves Costa (apud SUBUHANA, 2001).

²A denominação indígena significa, segundo os dicionários de língua portuguesa, “nativo, pessoa natural do lugar ou do país em que habita”. Apesar de parecer mais correta do que o termo índios, é importante destacar que também se trata de uma categoria trazida de fora, isto é, pelo colonizador ou não indígena. Antes da chegada dos europeus, a população nativa não tinha um nome para designar-se como coletivo. Cada povo ou etnia tinha sua própria denominação, que a distinguia das demais. (COLLET, 2013. p. 11).

expressar e de exercer as suas atividades cívicas, uma vez ligadas ao partido no poder, tinham que funcionar de acordo com as regras que lhes eram postas, assim teriam o suporte pelo partido no poder, atendiam todas as demandas do partido e que, inclusive, os membros e criadores dessas organizações na sua maioria faziam parte do governo.

Koudawo & Mendy (1996), mostram que a colonização portuguesa e as suas condições do salazarismo acabaram por criar a separação entre os “não civilizados”³ e “civilizados”, algo que impediu o desenvolvimento da sociedade civil frente a dominação colonial.

Mesmo durante a época colonial, já existiam os grupos ou estruturas tradicionais de socialização a população como no caso dos grupos de *mandjuandades* e as associações que tendem a construir uma cultura participativa e coletiva de todos em múltiplos aspetos da vida comunitária que vai desde a participação sociocultural à política e têm ganhado um considerável espaço público.

As *mandjuandades*, segundo Teixeira (2009), já existiam há anos no país, porém, a primeira existiu a mais de cem anos atrás. Campos & Djassi (2013), partilham essa mesma ideia, afirmando que nos dias de hoje, tem surgido mais grupos de *Mandjundade*, sobretudo nas cidades como Bissau, Bolama e Cacheu, essas *mandjuandades* com o tempo vem ganhando mais características inovadoras e mesmo assim continuam resistindo, sem se perder das suas formas originárias, da identidade cultural e como da solidariedade.

O impacto das associações das mulheres, segundo Campos & Djassi (2013), ultrapassa a mera preocupação de ajudar economicamente os seus membros. Muitas vezes desafiando o “status quo”, essas associações e grupos de *mandjuandades* provam também que são poderosos agentes de mudança social no país, apoiando a participação das mulheres na tomada de decisão a nível da comunidade, fornecendo-lhes uma fonte importante de apoio moral.

As mulheres guineenses ultimamente têm desempenhado um papel duplo na sociedade guineense, não somente cuidando dos filhos em casa, mas, sobretudo, de ir à busca de sustento para a família; elas passam a maior parte do tempo nos becos e nas feiras, em busca de melhores condições para a família; fazem *abotas*⁴ e, com o crédito levantado nessas atividades; elas

³ Não civilizados: indígenas de raça negra ou dela descendente que praticam, habitualmente, os usos e costumes característicos da mesma raça ou que, não praticando, não [souberem] falar e escrever a língua portuguesa, nem dispuser de rendimentos suficientes para se manter”. (THOMAS DOS SANTOS apud SUBUHANA, 2001).

⁴ Sistema de crédito utilizado pelas mulheres “bideiras” em que se juntam a cada final de dia um montante que não prejudica ninguém da organização, que no final do dia uma pessoa levanta. Esta pratica é frequente na Guiné-Bissau e é mais usada pelas mulheres algo semelhante com uma pratica moçambicana conhecida como o “Xitique”. O Xitique segundo Trindade (2013) é maioritariamente feito entre mulheres. Mas como é que ele funciona? Vamos imaginar que um grupo de 10 pessoas se junta para começar a fazer poupança. Poderão fazer um Xitique diário,

conseguem abonar as despesas da casa, isto porque, o último conflito político e militar (06/1998 – 05/1999) que assolou o país deixou muitos homens desempregados e, com os golpes políticos e militares que o país tem sofrido que não possibilitam os governos em se organizar, mesmo os funcionários públicos acabam ficando sem salários por muito tempo, suas despesas são abrandadas pelas esposas.

6. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/ONGS NA GUINÉ-BISSAU

Em uma das definições feitas por Fernandes (1994), pode-se ler que as ONGs, ainda representando um pequeno segmento, elas se resumem a ideia do *privado com funções públicas*, podem ser organismos não estatais, sem fins lucrativos. Para isso, é preciso que o corpo responsável na pessoa do criador legal da instituição e dos mais funcionários não tem um vínculo salarial, uma vez que o capital adquirido em nome da organização não se converte em patrimônio dos seus executivos. Ele ainda salienta que as ONGs mesmo não sendo governamentais os seus fins sempre acabam por possuir características de um serviço público, mas que não devem ser comparadas ao Estado porque elas se resumem à micro organizações perante o Estado, mesmo reconhecendo que, quanto à natureza dos serviços prestados, em muitos aspetos elas se coincidem.

O acompanhamento às atividades das organizações de natureza não governamentais, segundo Campos & Djassi (2013), é um fenómeno recente. Foi um resultado conduzido pelo movimento democrático, em que as organizações da sociedade civil se apresentam para desempenhar um papel importante no processo do desenvolvimento do país. A criação das ONGs na Guiné-Bissau foi estipulada pelo Instituto Nacional de Coordenação de Ajuda não Governamental (SOLIDAMI), a mesma que desempenhou um papel motivador e que facilitou, assim, os grupos de vocação de ONGs, no seu crescimento quantitativo.

A pesar de não reunir uma característica verdadeira de ONG, a organização Amigos das Crianças (AMIC), que foi fundada em 1984, que na altura seus funcionários vinham de diferentes ministérios do governo e o financiamento provinha da presidência da República, a sua ligação com governo e o partido único era muito forte, isso fez com que o seu reconhecimento legal acabasse por passar através de um dos ramos e/ou núcleos do partido

semanal, quinzenal ou mensal, conforme a necessidade e capacidade de cada um/a. O mais comum é o Xitique mensal.

único. Mesmo assim, a AMIC é conhecida como a primeira ONG nacional. Contudo, uns defendem que a primeira ONG foi a Sol-Boé, uma organização que tinha como objetivo o desenvolvimento no setor de Boé, criada em 1980, mas que não tem registros documentais que comprovem esse pioneirismo. Outra organização que surgiu anos depois foi a Igreja de Cristo para Agricultura e Projeto (ICAP), que era uma ONG intermediária e, em seguida, a Associação Guineense para o Bem-Estar Familiar (AGUIBEF), que foi uma ramificação de um instituto internacional. (Cf. CAMPOS & DJASSI, 2013).

A supremacia do Estado e do Partido único não foi favorável na ideia de uma legislação para a criação das ONGs, a não criação dessa legislação acabou por dificultar a emergência dessas organizações. Lê-se ainda em Koudawo e Mendy (1996, p. 69) que:

A evolução da sociedade civil no contexto da transição política iniciada em 1991 aparece como um campo particularmente rico em ensinamentos sobre os mecanismos, as vias, os meios, os partidos etc., da passagem de um regime monolítico em que um partido aramado transformado em Partido-Estado foi a força dirigente de todos os setores da vida política, econômica e social durante cerca de duas décadas, para um regime pluralista em que, para além da pluralidade dos atores políticos, se afirma uma multiplicidade de forças sociais, portadoras de profundas mudanças. (KOU DAO WO e MENDY 1996, p. 69).

Assim, pode-se considerar o início da década de 90 da época dourada da sociedade civil guineense, pois foi o momento em que ela teve seu maior crescimento em termos de organizações e dos seus próprios membros.

Ainda de acordo com Koudawo e Mendy (1996), pode ser encontrada uma diversificação nas suas atividades através da criação de ONGs, sindicatos, associações e nas formas tradicionais de agrupar, foi o momento que se deu o início do multipartidarismo no país, um começo democrático guineense.

Segundo Campos & Djassi (2013) em 1991, depois da primeira reunião dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) sobre a problemática da emergência das ONGs nacionais, as ONGs no país ganharam uma importância, pois cerca de dez ONGs foram legalmente reconhecidas e na mesma altura muitos partidos foram reconhecidos, o que marcou a mudança da política monopartidária do então governo para o multipartidarismo que constituiu um dos primeiros passos para a democratização no país. Até então as ONGs eram reconhecidas como associações no sentido do código civil vigente, só depois de uma concertação entre a SOLIDAMI e algumas ONGs é que se preparou uma proposta de lei para as ONGs nacionais, cuja sua aprovação pelo conselho dos ministros foi possível somente em fevereiro de ano 1992.

Depois da entrada em vigor desse decreto-lei, a SOLIDAMI passou a desempenhar um papel importante no processo de reconhecimento das ONGs nacionais. Ela foi a responsável pelo processamento dos documentos e de dar parecer sobre os mesmos ao notário, depois os envia ao serviço de alfandegas e ao Ministério de Cooperação Internacional, a certidão de escritura pública da nova ONG. Só através dessa legislação é que as organizações passam a se beneficiar das isenções de taxas tributárias e impostos. Depois desse processo inicial, a ONG recém-constituída se beneficia dos serviços da SOLIDAMI que depois passa a responsabilizar pela integridade das ONGs nacionais como organizações independentes e voluntários de apoio ao desenvolvimento, sem fins lucrativos, apartidárias e não discriminativas. A SOLIDAMI apesar de ser tutelado pelo Ministro de Cooperação Internacional e Plano em nomear o diretor, no fundo é uma instituição pública com certas autonomias, o que quer dizer que, as mudanças políticas poderiam influenciar na sua liberdade de ação. (SOLIDAMI & FOVAD, 1991).

Segundo Sawa (19910, existia uma preocupação evidente por parte das ONGs novas com o pessoal proveniente do Estado/Governo, pois esse pessoal tinha a missão de dificultar o bom funcionamento e crescimentos das ONGs. Aqui está a se referir a preocupação das ONGs em criarem seus regulamentos interno enquanto ONG, ainda que não tenham projetos em execução que lhes permitam construir os seus próprios processos de desenvolvimento institucional como uma organização não estatal.

No que diz respeito ao quadro jurídico das ONGs na Guiné-Bissau, segundo os dados apresentados por Campos & Djassi (2013, p. 20), as ONGs teriam como principais diplomas:

1. Constituição da República da Guiné-Bissau;
2. Código Civil;
3. Ato Uniforme da OHADA relativo ao Direito das Sociedades Comerciais e aos Agrupamentos de Interesse Económico;
4. Decreto n.º 23/92 de 23 de março veio disciplinar a criação e o exercício da atividade das organizações não governamentais;
5. Decreto n.º 2/93, de 9 de março, que instituiu o dia 12 de fevereiro como o "Dia Nacional das ONG";
6. Lei n.º 2/95, de 24 de maio, que instituiu um regime consolidado sobre a isenção ou redução dos direitos de importação;
7. Lei n.º 6-A/95, de 5 de julho, que determina que as mercadorias importadas como bagagem pelos organismos não-governamentais, bem como as importadas ao abrigo de regime de isenção, não são abrangidas pelo disposto naquele diploma;
8. Aplicação eventual: O Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, nomeadamente o constante dos artigos 560.º e segs., que estabelecia que poderiam ser consideradas de utilidade pública, para efeito de "regalias", as pessoas coletivas privadas que "durante cinco anos consecutivos, hajam

realizado integralmente os fins de interesse geral dos seus estatutos ou compromissos”, mediante ato administrativo do executivo (artigo 568.º apud CAMPOS & DJASSI, 2013, p. 20).

7. A SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE E O DESENVOLVIMENTO

O atual momento que se vive na Guiné-Bissau não é nada favorável e muito mais a quando, por exemplo, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013, classifica o país no lugar 176º, isto é, num total de 186 países em respeito ao índice de desenvolvimento humano (UNDP, 2013), faz perigar eventuais avanços no que diz respeito à delineação de quadros jurídicos globais.

O contexto socioeconómico da Guiné-Bissau é de facto uma “ficção multifacetada”, porque ela apresenta um quadro macroeconómico arrepiante que aponta para uma dependência crescente a despeito da liberalização da economia e das medidas de restrição adotadas. Embora que ainda existam potencialidades reais para o desenvolvimento, uma vez que a Guiné-Bissau tem uma população jovem, terras subutilizadas, importantes reservas florestais, haliêuticas e outras, que carecem de ser conservadas, mas também utilizadas de forma sustentável. Desde o momento em que se optou por uma economia de mercado, induzida pela adoção de um programa de ajustamento estrutural, fez com que o país tivesse mudado radicalmente. (SOLDAMI & FOVAD, 1991).

8. COMUNIDADE RURAL GUINEENSE

De acordo com Peixoto (s.d.), o conceito da comunidade conhecido maioritariamente como uma forma de identificar grupos de pessoas com uma característica relevante em comum, pode ser visto também como um conceito que parece estar longe de possuir um sentido unívoco e que pelo visto pode apresentar dois significados diferentes que são: amplo e restrito. Como sugere o Peixoto de que:

Assim, são corriqueiras as denominações relativas à etnia, religião, nacionalidade, ocupação, etc., muitas vezes distantes do sentido próprio do termo. Por outro lado, no âmbito das ciências sociais, e, em particular, da

Sociologia, o conceito está longe de possuir um sentido unívoco, ora apresentando um significado amplo, ora um significado restrito. (PEIXOTO, *sd.* p. 2-3)

Dos significados clássicos acerca do conceito da comunidade um deles foi conferido pelo autor Ferdinand Tönnies (2002), que define a comunidade como um grupo social caracterizado pelo envolvimento dos seus membros com pessoas completas, unidos pelo compartilhamento de sentimentos, emoções e vivendo de uma forma íntima. As comunidades rurais são identificadas como zonas onde prevalece mais a agricultura ou de criação de gados, trata-se assim de regiões onde a indústria não é desenvolvida e com uma economia bastante precária.

A comunidade rural na Guiné-Bissau não está fora do padrão definido por Tönnies (2002), pois ela compreende um conjunto de indivíduos que vivem no mesmo lugar e partilham mesmas tradições culturais e étnicas. Em alguns lugares do país pode ser constatado um agrupamento de indivíduos com diferentes origens étnolinguísticas, mas convivendo no mesmo lugar e/ou espaço devido a diversidade étnica existente no país. Hoje em dia dificilmente se encontra uma localidade rural ou não rural no país em que exista somente uma e única etnia.

9. MÉTODOS/DESENHO DOS INSTRUMENTOS

A metodologia a ser utilizada nesta pesquisa poderá variar ou incorporar as duas formas metodológicas, isto é, qualitativa e quantitativa, pois, será necessário um estudo de casos através de questionários e entrevistas a serem elaborados no decorrer do trabalho. Freitas et al (1996) e Caregnato & Mutti (2006) mostram que a análise de conteúdo pode ser qualitativa e quantitativa. A abordagem quantitativa é utilizada frequentemente em análise de conteúdo.

Inicialmente será necessário um levantamento bibliográfico de documentos que falam das organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau, ainda serão feitas pesquisas bibliográficas

nos sites do Governo da Guiné-Bissau e da Assembleia Nacional Popular. Também será feito um levantamento de dados nos ministérios conectados à ONGs, ministérios que têm uma ligação com essas organizações ou que trabalham em parcerias, valendo também as diversas fontes, principalmente teses, dissertações e livros de leitura corrente, como uma forma de apresentar os conceitos e as definições das teorias sobre a sociedade civil, ONGs e a comunidade rural utilizados nesta pesquisa.

Além da pesquisa bibliográfica, ainda será utilizada a pesquisa de campo que ajudará a observar como as organizações têm elaborado e colocado em prática suas políticas de atuação e quais as mudanças que têm sido incorporadas ao longo das suas existências, que revelem sua percepção em relação aos grupos sociais com os quais trabalham. De acordo com Diehl e Tatim (2004), a metodologia qualitativa é apropriada para descrever a complexidade de um determinado problema com as variáveis, porque compreende os processos dinâmicos vividos pelos grupos sociais e que possibilita em um nível maior a profundidade do entendimento desses processos. Essas tais funções justificarão o uso deste método nesta pesquisa.

A pesquisa junto às organizações não governamentais enriquecerá de forma significativa o trabalho e aumentará a sua contribuição para o andamento de estudos parecidos.

Para a pesquisa de campo, será utilizado o método qualitativo. Um método que apresenta características que irão corresponder às necessidades do nosso estudo e, além disso, envolve ainda pequenas amostras, as quais não serão necessárias ter uma representação de um grande número de população por utilizar uma variedade de técnicas de coleta de dados, e não apenas o conhecido formato de perguntas e respostas que se estrutura de maneira previa.

A pesquisa será realizada com os documentos a serem recolhidos das organizações, desde as atas de reuniões, se possível, até os projetos aprovados financiados que já tiveram seus resultados. Serão entrevistados também os responsáveis de algumas ONGs que atuam na Guiné Bissau, como uma forma de juntar dados que no decorrer da pesquisa farão parte tanto nas análises e como no momento da comparação. Ainda serão feitas entrevistas com os moradores locais, neste caso os moradores rurais para entender a percepção que esses têm sobre a intervenção das ONGs nas comunidades rurais guineenses.

O componente escolhido para tratamento empírico será composto por organizações reconhecidas pela autoridade nacional. Também será feito um levantamento e a coleta de dados por meio de observação indireta, com entrevista, levantamento e análise dos relatórios e materiais colhidos das ONGs. Serão utilizadas as entrevistas e o levantamento de dados

secundários e a entrevista também contará com um roteiro incluindo variáveis descritivas e explicativas. O roteiro incluirá questões sobre as ações desenvolvidas, seus objetivos e a percepção sobre os benefícios que trazem aos grupos sociais e o espaço público.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, D. F. **Curso de Direito Administrativo** - Volume I. Coimbra: Almedina. 2012.
- AUGEL, Moema Parente, 1939. **Desafio do Escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau/Moema Parente Augel. - Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. 1994. **Sociedade civil e teoria social**. In: AVRITZER, Leonardo (coord.). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: De Rey. p. 147-182.
- BEAUDOX, E., & NIEUWKERK, M. **Associações camponesas em África**. Lisboa: CIDAC-SOLIDAMI. (1989).
- BOBBIO, N. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: GRAAL. 1982.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2012.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado**. Luiz Carlos Bresser-Pereira, Jorge Wilhelm e Lourdes Sola, orgs. (1999) Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: Editora da UNESP (1999): 67-116.
- CAMPOS, Pedro João, & DJASSI, Seco. **A Sociedade civil guineense no caminho do desenvolvimento: Relatório preliminar**. Bissau, 2013.
- CAREGNATO, RCA, MUTTI R. **Pesquisa qualitativa: 11. Análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm. 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84
- CARDOSO, C., Macamo, E., & Pestana, N. **Da possibilidade do político na África lusófona**. Caderno de Estudos Africanos, pp. 7-25. Julho de 2002.
- DIEHL, A.A.; TATIM, D.C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994
- GUIMARÃES, S. A. **A Cooperação Europeia com Países Africanos Politicamente Frágeis no Âmbito do Acordo de Cotonou**. Lisboa: IPAD. 2007.
- GUINÉ-BISSAU, Assembleia Nacional Popular. **História da Guiné-Bissau**. Disponível em: <http://www.anpguinebissau.org/institucional/historia/historia-guine-bissau/historia-da-guine-bissau> acesso em 20/05/2016 às 19h40min;
- GOLDENBERG, M. A. **Arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GUINÉ-BISSAU, **Instituto Nacional de Estatística**. Acessado em <http://www.stat-guinebissau.com/> às 19h: 28 min do dia 23/04/2017.
- HANDEM, A. **Análise Institucional das Organizações da Sociedade Civil - Projeto No Na Tisi No Futuro**. Bissau: IMVF. 2008.
- KOUDAWO, F., & MENDY, P. K. **Pluralisme Politique en Guinée-Bissau - Une transition en cours**. Bissau: INEP. 1996.
- LGDH. **Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau (2010/2012)**. Bissau: LGDH. 2012.
- PÉLISSIER, R. **História da Guiné - Portugueses e Africanos na Segâmbia (1841-1936)**. Lisboa: Editorial Estampa. 2001.
- PEREIRA, A. C., & Lopes, N. C. **Desafios-Direitos das Mulheres na Guiné-Bissau**. Bissau: ACEP; LGDH. 2012.
- PEIXOTO, Sérgio Elísio. "Comunidade e desenvolvimento agrícola." **Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (Nuclear)**, Universidade da Bahia-UFBA,[sd]. Disponível em: <http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/Nuclear/Artigo2/artigo.pdf> . Acesso em 20/07/2017.

- PROENÇA, F. **As ONGD e a Qualidade, em todos os campos e latitudes**. Lisboa: Plataforma ONGD Portuguesas. 2013.
- RODRIGUES, C. U., & Handem, A. **Pobreza e paz (intermitente) na Guiné-Bissau**. In C. U. Rodrigues, & A. B. Costa, *Pobreza e Paz nos PALOP* (pp. 195-217). Lisboa: Sextante. 2009.
- SANGREMAN, C., Sarmiento, E., Proença, F., Barreto, A., Santos, T., Ribeiro, H., et al. **A cooperação descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos - os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau**. Lisboa: CESA-ACEP. 2009.
- SAWA. **Programa de assistência técnica às ONGs guineenses**. Bissau: SAWA. 1991.
- SILVA, A. E. **Invenção e Construção da Guiné-Bissau**. Coimbra: Almedina. 2010.
- SOLIDAMI, & FOVAD. **A problemática da emergência de ONG's nacionais nos PALOP**. Bissau: SOLIDAMI-FOVAD. 1991.
- SUBUHANA, C. **A circuncisão como rito de passagem na problemática da cultura moçambicana: Os Casos da Cultura Yao e da Igreja Católica (inculturação)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- TEIXEIRA, R.. **O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau**. Estudos de Sociologia. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/155>>. Acesso em: 24 Jul. 2017.
- TÖNNIES, F. **Community**. Mineola: publications, 2002.
- TRINDADE, Casimiro Catarina. **Xitique: um modelo moçambicano de poupança e crédito rotativo**. São Paulo. 2013. Disponível em: <http://economiadia-a-dia.blogspot.com.br/2013/08/xitique-um-modelo-mocambicano-de.html> acesso em: 20/07/17.
- UNDP. **Fortalecimento da Capacidade e dos Mecanismos de Coordenação das Organizações da Sociedade Civil para Atingir os ODM**. Bissau: UNDP. 2009.
- ZEVERINO, G. J. **O Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau (1998-1999)**. Lisboa: IPAD. 2003.

11. ANEXO: QUESTIONÁRIO PILOTO

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE: SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS

Bacar Baldé - HUMANIDADES/IHL/UNILAB

Orientador: Carlos Subuhana

Dados básicos:

1. Nome
2. Idade
3. Região de origem
4. Setor de origem
5. Origem étnica e linguística
6. Escolaridade
7. Religião:

8. Estado civil

8.1. Solteiro

8.2. Casado

8.2.1 Civil

8.2.2. Tradicional

8.2.3. Religioso

9. Qual é o nome da organização?

10. Ano da criação e qual o objetivo da organização?

11. Área de atuação e por quê?

12. Qual a relação com o estado?

13. Quem é o órgão financiador da organização?

14. Quais são as atividades executadas até então?

15. Quais são os projetos futuros da organização?

16. Quem são os parceiros dessa organização?

17. Qual a classificação que se pode fazer sobre dirigir uma organização no país?

18. Qual é a maiores dificuldades para as ONGs?

19. Qual é a contribuição da ONGs para o desenvolvimento comunitário na Guiné-Bissau?

20. O que falta na progressão das ONGs na Guiné-Bissau?

21. Quais são as expetativas futuras dessa organização?